



## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

### ACTA NÚMERO 4/XII/ 1.ª SL

Aos 26 dias do mês de Julho de 2011, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação da Acta n.º 3/XII/1.ª SL;**
- 2. Continuação da discussão dos Projectos de resolução n.ºs 5/XII/1 (PCP) - Recomenda a suspensão imediata da aplicação do plano de viabilização e reestruturação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) e 7/XII/1 (BE) - Recomenda ao Governo que suspenda o plano de viabilização e reestruturação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo;**
- 3. Admissibilidade da Petição n.º 162/XI/2.ª SL - Solicitam a aprovação de lei que consagre liberdade sindical aos profissionais da Polícia Marítima;**
- 4. Outros Assuntos.**

---

#### **1. Aprovação da Acta n.º 3/XII/1.ª SL;**

O Senhor Presidente, Deputado José de Matos Correia, declarou aberta a reunião e colocou à votação a acta n.º 3/XII/1.ª SL, referente à reunião havida no dia 19 de Julho, a qual foi aprovada por unanimidade.

#### **2. Continuação da discussão dos Projectos de Resolução n.ºs 5/XII/1 (PCP) - *Recomenda a suspensão imediata da aplicação do plano de viabilização e reestruturação das Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) e 7/XII/1 (BE) - Recomenda ao Governo que suspenda o plano de viabilização e reestruturação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo;***

O Senhor Presidente começou por recordar que esta matéria foi reagendada para se ver se seria possível os diferentes grupos parlamentares chegarem a acordo quanto a um texto de substituição dos projectos de resolução, atendendo ao teor da discussão



## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

### ACTA NÚMERO 4/XII/ 1.ª SL

ocorrida na reunião anterior, e perguntou aos Senhores Deputados se tal tinha ocorrido.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) informou ter apresentado aos restantes grupos parlamentares uma proposta de substituição da primeira conclusão do projecto de resolução apresentado pelo seu grupo parlamentar por aquela conclusão estar desactualizada face aos desenvolvimentos posteriores à entrada do projecto de resolução na Assembleia da República, a qual, no entanto, não mereceu o acordo dos restantes grupos parlamentares. Solicitou ainda que fosse esta a versão a submeter a Plenário.

De seguida usou da palavra a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) que deu conta de ter enviado pouco antes da reunião uma proposta de eliminação da primeira conclusão e de alteração de redacção da segunda conclusão do respectivo projecto de resolução, para colocar à consideração dos restantes grupos parlamentares e integrar no texto a submeter votação em Plenário. Esta proposta foi então distribuída.

Em nome do Grupo Parlamentar do PS usou da palavra o Senhor Deputado Miranda Calha (PS) que confirmou não ter sido possível chegar a acordo quanto a um texto de substituição e que a discussão havida era já indicativa da votação que regimentalmente terá lugar em Plenário.

No mesmo sentido usou da palavra o Senhor Deputado Hélder Sousa Silva (PSD), que começou por considerar que o Governo agiu bem ao suspender, dois dias após tomar posse, a implementação do Plano de Viabilização e Reestruturação dos ENVC em toda a sua extensão, o que implicou a suspensão da dispensa dos 380 trabalhadores. Também frisou que o Governo agiu bem: quando anunciou que iria reanalisar todo o dossier, até à próxima Assembleia Geral da EMPORDEF marcada para 2 de Setembro; quando, através do Senhor Secretário de Estado da Defesa, assumiu estar a estudar todas as variáveis, demonstrando empenhamento em encontrar a melhor saída com vista à viabilização da empresa; quando recebeu a Comissão de Trabalhadores, quer a nível do Ministério da Defesa, quer a nível do Ministério dos Negócios Estrangeiros; e ainda quando se mostrou disponível para ouvir todos os intervenientes julgados necessários ao processo de decisão.



## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

### ACTA NÚMERO 4/XII/ 1.ª SL

Referiu ainda que a Comissão de Trabalhadores dos ENVC entregou no Ministério da Defesa um memorando com a sua visão sobre a reestruturação e a viabilização da empresa. Informou que aquela comissão foi recebida por alguns Grupos Parlamentares, entre eles o do PSD, onde o próprio esteve presente e ouviu de viva voz quão agradados estavam relativamente à forma como tinham sido recebidos pelo Governo, tendo-se mostrado disponíveis para colaborar, no futuro, com o Governo ou com quem deles necessite.

Disse também que, no âmbito da reanálise do dossier, o Governo está a receber outras entidades com responsabilidade directa ou indirecta no processo, destacando que nesse mesmo dia seriam recebidos os Senhores Deputados do PSD eleitos pelo círculo eleitoral de Viana do Castelo e no dia seguinte o Senhor Presidente da Câmara de Viana do Castelo.

Frisou ser firme convicção do Grupo Parlamentar do PSD: que o Governo está a fazer, em tempo e na oportunidade o que lhe compete, na senda do que prometeu (suspender e reanalisar o Plano em causa); que os superiores interesses dos trabalhadores, da empresa, do município, da região e do País estão a ser acautelados e ponderados na proposta final e que a participação dos interessados está a ser garantida. Concluiu dizendo que, no entendimento do Grupo Parlamentar do PSD, quer o projecto de resolução do PCP, quer o do Bloco de Esquerda, mesmo com os novos textos, não trazem nada de novo, sendo por isso inúteis e condicionadores da acção governativa, tendo em conta à actuação diligente, oportuna, frontal e transparente demonstrada pelo Governo nesta matéria, não se revendo assim no texto apresentado nestes projectos de resolução.

De seguida usou da palavra o Senhor Deputado Abel Baptista (CDS-PP), que considerou que as reformulações dos projectos de resolução apresentadas não acrescentam muito relativamente às anteriores redacções. Fez mais algumas considerações sobre o assunto em análise e concluiu que o seu grupo parlamentar não concorda com a aprovação dos projectos de resolução essencialmente por três razões: recomenda-se ao Governo que governe, o que ele já faz; recomenda-se ao Governo que cumpra a lei, o que já é uma decorrência de vivermos num Estado de direito; recomenda-se que se faça um estudo aprofundado de toda a região, e esse deve ser feito, mas não no âmbito deste processo.



## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

### ACTA NÚMERO 4/XII/ 1.ª SL

Não havendo mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente deu por encerrada a discussão, da qual seria elaborada uma Informação a enviar a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República para efeitos de votação dos projectos de resolução em Plenário, incluindo as alterações apresentadas pelos respectivos proponentes e que ficam em anexo àquela Informação.

#### **3. Admissibilidade da Petição n.º 162/XI/2.ª SL - Solicitam a aprovação de lei que consagre liberdade sindical aos profissionais da Polícia Marítima;**

Neste ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente começou por lembrar que a Petição n.º 162/XI transitou da XI Legislatura e que a sua admissibilidade já tinha então sido objecto de análise pela Comissão de Defesa. Recordou que na XI Legislatura foi deliberado solicitar informações aos peticionários, atendendo ao regime específico de exercício do direito de petição a que estão sujeitos os profissionais da Polícia Marítima. Tendo a primeira peticionária entretanto respondido, foi preparada pelos serviços de apoio à Comissão uma adenda à nota de admissibilidade, a qual foi distribuída. O Senhor Presidente chamou a atenção para a complexidade jurídica da questão e também para as implicações que a decisão que for tomada neste caso poderá ter no futuro relativamente a casos semelhantes. Assim, solicitou aos Senhores Deputados que reflectam sobre o assunto tendo esses aspectos em mente, propondo que a deliberação quanto à admissibilidade da petição ficasse adiada para próxima reunião.

Os Senhores Deputados António Filipe (PCP), Miranda Calha (PS), Hélder Sousa Silva (PSD) e João Rebelo (CDS-PP) concordaram com a proposta do Senhor Presidente.

#### **4. Outros Assuntos.**

De seguida o Senhor Presidente informou haver uma proposta do Governo sobre as datas das audições dos membros do Governo no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República. Recordou que, nos termos deste preceito, os Ministros devem ser ouvidos, na respectiva comissão parlamentar, pelo menos quatro vezes ao longo de cada sessão legislativa e informou haver o entendimento que uma dessas audições seja a respeitante à apreciação da proposta de lei do Orçamento do Estado (OE) – entendimento este com o qual disse não concordar por desvirtuar o



## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

### ACTA NÚMERO 4/XII/ 1.ª SL

espírito daquela norma, em cuja elaboração participou; em todo o caso, teve voto vencido aquando da deliberação da Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares que concluiu no sentido acima referido. Informou ainda que as datas agora propostas pelo Governo são: 10 de Janeiro, 10 de Abril e 12 de Junho, ficando a respeitante ao OE 2012 a definir em função do calendário deste, e convidou os Senhores Deputados a pronunciarem-se sobre a questão.

O Senhor Deputado Miranda Calha (PS) considerou que a primeira audição do Senhor Ministro da Defesa deveria ter lugar mais brevemente.

No mesmo sentido expressou-se o Senhor Deputado António Filipe (PCP), que acrescentou que a maioria dos outros Ministros será ouvido nas Comissões Parlamentares muito antes de Janeiro e recordou que o Governo manifestou disponibilidade, na Conferência de Líderes, para se anteciparem as primeiras audições. Para além disso, considerou que há matérias, como por exemplo a participação de Portugal na missão no Afeganistão, que justificarão que o Senhor Ministro da Defesa seja ouvido muito antes disso.

O Senhor Deputado Hélder Sousa Silva (PSD) considerou não haver necessidade de alterar as datas propostas, até porque a audição em sede de apreciação do OE 2012, em Novembro, também permitirá analisar questões de política geral de defesa nacional.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) considerou que seria útil fazer a primeira audição sobre política geral do Ministério antes da apreciação do OE 2012 e lembrou que muitos outros Ministros serão ouvidos nas Comissões Parlamentares em Setembro.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) começou por lembrar que a experiência anterior da Comissão, no tocante à primeira audição do Ministro da Defesa, é muito diversificada, havendo casos em que teve lugar uma semana após a tomada de posse e outros em que só se realizou quatro ou cinco meses depois. Como tal, considerou não haver inconveniente em que a primeira audição sobre política geral de defesa nacional tivesse lugar em Janeiro, sendo certo que será provavelmente necessário



## **COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL**

### **ACTA NÚMERO 4/XII/ 1.ª SL**

ouvir o Senhor Ministro antes disso, designadamente a propósito do envolvimento de contingentes militares no estrangeiro. Também lembrou que os grupos parlamentares têm a possibilidade de requerer potestativamente a vinda do Senhor Ministro da Defesa à Comissão e sugeriu que o Senhor Presidente transmitisse ao Senhor Ministro que a Comissão gostaria de realizar a primeira audição mais cedo, talvez em Setembro. Caso a agenda não o permita, considerou ser de acolher a proposta, sendo o Senhor Ministro ouvido também em sede de OE 2012 e sempre que tal seja necessário por força das competências da Assembleia no acompanhamento das forças nacionais destacadas.

O Senhor Deputado José Lello (PS) considerou que a previsão de quatro audições obrigatórias em cada sessão legislativa foi pensada para sessões legislativas com a duração habitual, de Setembro a Julho, mas a presente é mais longa, devido ao momento em que se iniciou a Legislatura, pelo que será necessário ter isso em conta. Recordou que houve sempre flexibilidade dos anteriores Ministros da Defesa no agendamento das audições e secundou a sugestão no sentido de o Senhor Presidente falar com o Senhor Ministro para ver se ele tem disponibilidade para antecipar a primeira audição.

Em face das intervenções anteriores, o Senhor Presidente concluiu que as datas propostas pelo Governo ficam aprovadas por maioria e que, na sequência do sugerido, falará com o Senhor Ministro para tentar antecipar a primeira audição, até porque só depois da mesma a Comissão iniciará as audições com os chefes militares.

A reunião foi encerrada às 16:15 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 de Julho de 2011.

**O PRESIDENTE**

**(JOSÉ DE MATOS CORREIA)**

*Aprovada na reunião de 23-08-2011.*



## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

### ACTA NÚMERO 4/XII/ 1.ª SL Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Braga  
António Filipe  
Arménio Santos  
Carina Oliveira  
Correia de Jesus  
Hélder Sousa Silva  
Hugo Lopes Soares  
João Gonçalves Pereira  
João Rebelo  
João Soares  
José de Matos Correia  
José Lello  
Luís Vales  
Marcos Perestrello  
Mariana Aiveca  
Miranda Calha  
Mónica Ferro  
Odete João  
Pedro do Ó Ramos  
Rosa Maria Albernaz  
Abel Baptista  
António Prôa  
Carlos Abreu Amorim  
Carlos Alberto Gonçalves  
Miguel Santos  
Nuno André Figueiredo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Joaquim Ponte